



# Diário Oficial

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

IMPRENSA NACIONAL

BRASÍLIA — DF

ANO CXXXVIII - Nº 114

QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2000

NÃO PODE SER VENDIDO  
SEPARADAMENTE

## Sumário

	PÁGINA
ATOS DO PODER JUDICIÁRIO.....	1
ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	1
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (*).....	4
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (*).....	6
MINISTÉRIO DA DEFESA (*).....	6
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	11
MINISTÉRIO DA FAZENDA (*).....	11
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (*).....	11
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (*).....	12
MINISTÉRIO DO DESENV. INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (*).....	12
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (*).....	14
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (*).....	15
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (*).....	15
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (*).....	16
ENTIDADES DE FISC. DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS (*).....	18
ÍNDICE.....	19

(\*) N. da DIJOF: órgãos sujeitos à publicação no caderno eletrônico.

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### Plenário

#### DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade  
(PUBLICAÇÃO DETERMINADA PELA LEI Nº 9.868, DE 10.11.1999)

#### Julgamentos

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.145-1 - medida liminar (1)**  
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL  
RELATOR : MIN. NÉRI DA SILVEIRA  
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
ADV. : ALDIR GUIMARÃES PASSARINHO

**Decisão** - O Tribunal, por maioria, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia ex tunc, os efeitos do inciso II do art. 14, e da expressão "e Agente Tributário Estadual", constante do art. 15, ambos da Lei nº 2.081, de 14 de janeiro de 2000, do Estado de Mato Grosso do Sul. Votou o Presidente. Falou pela requerida - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul - o Dr. Aldir Passarinho. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão. Plenário, 07.6.2000.

Secretaria de Apoio aos Julgamentos  
ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Secretário

## Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 3.504, DE 13 DE JUNHO DE 2000.

Altera dispositivos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

#### DECRETA :

Art. 1º O Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A concessão ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de que trata o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto neste Decreto." (NR)

"Art. 3º .....

XI - seja declarada de utilidade pública federal.

§ 5º O prazo de que trata o caput não se aplica às entidades que prestam, exclusivamente, assistência social a pessoas carentes e que tenham por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, o amparo a crianças e adolescentes, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência ou a promoção de sua integração à vida comunitária, em relação às exigências dos incisos II e III deste artigo.

§ 6º Não serão considerados os valores relativos a bolsas custeadas pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES ou resultantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho, para os fins do cálculo da gratuidade, de que trata o inciso VI deste artigo." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º Estão desobrigadas da auditoria as entidades que tenham auferido em cada um dos três exercícios a que se refere o artigo anterior receita bruta igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 2º Será exigida auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando a receita bruta auferida em qualquer dos três exercícios referidos no artigo anterior for superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

"....." (NR)

"Art. 7º .....

§ 1º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data da publicação do ato no Diário Oficial da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; e das decisões do CNAS que não referendarem os atos da Presidência será interposto recurso ex officio, sem prejuízo de eventual recurso voluntário.

"....." (NR)

"Art. 8º-A. As instituições que possuam Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos deverão afixar placa indicativa, em local visível, conforme modelo aprovado pelo CNAS, em que constem os seguintes dizeres: "Esta entidade tem Certificado de Fins Filantrópicos concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, para prestar atendimento a pessoas carentes." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Waldeck Ornélas